

Reflexões e paradoxos sobre a identidade e a mobilidade europeias

Reflections and paradoxes around European identity and European mobility

Sofia Gaspar* e Fernando Ampudia de Haro**

Resumo A identidade europeia é um conceito que tem vindo a ser amplamente analisado em estudos centrados na construção sociopolítica da União Europeia (UE). Neste contexto, uma das dimensões que tem vindo a ser indicada como mais estreitamente associada a um maior ou menor grau de identificação com a Europa é a mobilidade geográfica dos cidadãos. Este artigo procura desenvolver uma reflexão teórica sobre esta questão apoiando-se, fundamentalmente, em três pontos principais: em primeiro lugar, será efectuada uma apreciação crítica sobre a "irrelevância estatística" e a "relevância simbólica" da mobilidade geográfica na UE, através da caracterização dos grupos sociais de europeus que mais se movimentam dentro do espaço intra-europeu. Em seguida, examinaremos o significado de "ser europeu", quer através da análise das afinidades existentes entre a construção da Europa e os Estados-nação, quer através do reconhecimento da dualidade emergente entre os cidadãos europeus e os cidadãos extra-comunitários. Numa parte final do artigo, discutiremos alguns paradoxos implícitos na relação entre identidade europeia, mobilidade geográfica e participação política, de modo a serem posteriormente incluídas algumas linhas de discussão para futuros debates.

Palavras-chave identidade europeia, mobilidade europeia, *free movers*, participação política.

Abstract The concept of European identity has been extensively analyzed in studies centered on the sociopolitical construction of the European Union. One aspect that has been indicated as being most closely associated with a greater or lesser degree of identification with Europe is the geographical mobility of its citizens. This paper reflects on this question from a theoretical perspective, mainly focusing on three key issues: firstly, we conduct a critical assessment of the "statistical irrelevance" and "symbolic relevance" of geographical mobility across the EU, aiming to characterize the groups of Europeans who tend to move most within the Union.

* Investigadora no ISCTE-IUL, CIES-IUL/ Researcher at ISCTE-IUL, CIES-IUL (sofia.gaspar@iscte.pt)

** Investigador no IHC-FCSH, Universidade Nova de Lisboa / Researcher at IHC-FCSH, New University of Lisbon (fernandoampudia@gmail.com)

Secondly, we concentrate on what it means to be “European”, both through an analysis of the affinities existing between the nation-state and the construction of Europe, and through the emerging dichotomy between those who are or are not “European”. In the last section, we discuss some of the paradoxes underlying the relationship between European identity, geographical mobility and political participation, in order to present, at the end of the article, some of the theoretical and political lines that need to be included in any future debate.

Keywords European identity, European mobility, free movers, political participation.

Reflexões e paradoxos sobre a identidade e a mobilidade europeias

Sofia Gaspar e Fernando Ampudia de Haro

Introdução

A União Europeia é uma parceria supranacional sem precedentes a nível mundial que visa a construção de um espaço de integração política, social, económica e cultural entre todos os seus Estados-membros. No entanto, a margem de incerteza que ainda existe sobre o seu futuro tem vindo a alimentar opiniões, prognósticos e previsões de diversa natureza que variam entre atitudes mais optimistas e pessimistas, e outras mais ingénuas ou cépticas. Uma das questões mais controversas sobre o debate europeu prende-se com a emergência e consolidação da identidade europeia, conceito este frequentemente utilizado como categoria auto-identificativa e legitimadora do projecto europeu (Rother e Nebe, 2009).

O rumo a que nos propomos nestas páginas é analisar criticamente as relações entre a construção da "identidade europeia" e a livre circulação de pessoas que a UE confere aos seus cidadãos. De facto, poder viver e trabalhar num país diferente do país de origem é o direito mais nomeado por parte dos europeus inquiridos sobre as principais vantagens de fazer parte da União (Favell e Recchi, 2009). No imaginário colectivo dos cidadãos, a liberdade de movimento conta, pois, como um direito privilegiado, e aquele que aparece mais estreitamente associado ao tema da identidade europeia.

A análise que será aqui desenvolvida apoia-se em investigações recentes,¹ de forma a ser possível, por um lado, colocar um conjunto de questões relevantes sobre o vínculo "identidade-mobilidade", e por outro, apontar as principais dificuldades e desafios que terão de ser confrontados em futuras pesquisas. Neste sentido, o artigo está estruturado em três pontos fundamentais: num primeiro momento, reflectiremos sobre o valor simbólico e estatístico da mobilidade geográfica na UE, fazendo especial alusão ao perfil sócio-demográfico dos cidadãos que actualmente mais circulam no espaço intra-europeu. Num momento seguinte, serão examinadas questões relativas ao significado de "ser europeu" e que integram, em primeiro lugar, uma reflexão sobre a analogia existente entre a Europa e os Estados-nação, e em segundo, uma análise sobre a distinção das categorias "europeu" e "não europeu". Em seguida, será reavaliada a associação entre "identidade europeia, mobilidade geográfica e participação política", para num momento final, nos centrarmos numa breve conclusão onde são sugeridos alguns temas de debate futuro.

A irrelevância estatística e a relevância simbólica da mobilidade intra-europeia

Um dos princípios básicos que estrutura o projecto europeu é, assim, a liberdade de movimento no espaço da União. A livre circulação de mercadorias, bens, capitais e

peçoas era já reconhecida no momento fundacional da UE (Tratado de Roma, 1957), embora apenas viesse a ser aplicada mais extensamente anos mais tarde através do Acordo de Schengen (1995). Mas porque é que a União Europeia converte este princípio num dos eixos fundamentais do seu ideário filosófico-político? Existem várias razões que podem ser apontadas como legitimadoras da liberdade de circulação dentro do espaço intra-europeu:

- A demarcação de uma área de livre mercado assente na circulação de pessoas e bens poderá gerar, através de uma crescente interdependência económica, maiores níveis de coesão social entre os países integrados nessa área geográfica.
- As oportunidades de mobilidade que oferece este espaço geram condições sociais para a existência de um mercado de trabalho transnacional europeu como complemento necessário à própria união monetária.
- Esse mercado de trabalho, que reabsorve e reparte os trabalhadores comunitários, actua como redistribuidor da força laboral europeia, transferindo pessoas de regiões com carências de emprego até regiões necessitadas de mão-de-obra.
- A mobilidade humana promove a circulação de ideias, capacidades e talentos, que se revelam qualidades fundamentais para o desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento, na competitividade e na geração de bens e de produtos de elevado valor acrescentado.
- A mobilidade traz consigo um aumento de identificação com o projecto europeu que, por sua vez, garante e incentiva a própria mobilidade.

O objectivo passa, pois, por fazer da Europa um continente atractivo para a sua população mais além das próprias fronteiras nacionais. Assim, a mobilidade intra-europeia é favorecida num contexto geográfico que é progressivamente ampliado pela integração de novos países na União. Mas isto é só a teoria. Qual é, na prática, o volume real da mobilidade dos cidadãos no espaço europeu? De acordo com os dados oficiais disponíveis, esse valor ainda é extremamente baixo dado que menos de 2% da população vive e trabalha fora do seu país de origem, ou seja, menos de 1 em cada 50 europeus encontra-se actualmente a residir fora do seu país (Favell, 2008: x). No entanto, se analisarmos a percentagem da população que já experimentou, pelo menos uma vez, viver e trabalhar num outro país comunitário, este número ascende para 4% (Favell e Recchi, 2009: 3). Estes valores permitem concluir que actualmente o fenómeno da mobilidade intra-europeia é estatisticamente irrelevante, uma vez que só abrange uma parte ínfima da população. Contudo, e apesar daqueles que ficam serem incomparavelmente mais do que aqueles que resolvem sair, a mobilidade geográfica pode e deve ser tomada como objecto de estudo, uma vez que representa um fenómeno simbolicamente relevante. Em primeiro lugar, os indivíduos que integram o contingente de cidadãos móveis emergem como protagonistas reais do processo de integração europeia dado que aproveitam as oportunidades económicas, sociais, culturais e políticas decorrentes da mobilidade que são colocadas à sua disposição. E, em segundo lugar, como veremos mais à frente, este contingente constitui aquele grupo de cidadãos que revela maiores níveis de adesão e de identificação com o projecto europeu (Rother e Nebe, 2009).

Embora a literatura especializada tenda a utilizar expressões particularmente apelativas para designar estes indivíduos – “arquitectos da Europa”, “cidadãos altamente europeizados” ou “*Euromasters*” (Favell e Recchi, 2009; Rother e Nebe, 2009) –, o conceito mais englobante e neutro para referir-nos a este grupo é o de *free mover*².

Dentro desta categoria, Braun e Arsene (2009: 47-49) distinguem quatro modalidades:

- *Emigrantes tradicionais* que se deslocam desde o Sul até ao Norte da Europa à procura de oportunidades de trabalho dada a precariedade da oferta laboral e o desemprego nas suas regiões de origem. O grau de qualificação destes indivíduos é geralmente baixo e a sua motivação para emigrar é fundamentalmente económica.
- *Cidadãos reformados* que se deslocam em percurso inverso aos emigrantes tradicionais, isto é, de Norte para Sul, em busca de uma melhor qualidade de vida depois de terem terminado a sua vida laboral.
- *Cidadãos pré-reformados* que, tal como o grupo anterior, se movem dos países do Norte para os do Sul da Europa, motivados por uma melhor qualidade de vida, mas que se encontram ainda numa fase de vida activa.
- Os *Eurostars*, isto é, uma classe de profissionais qualificados relativamente jovem, que vêm nas oportunidades de mobilidade concedidas pela União Europeia uma opção idónea para desenvolverem as suas carreiras laborais e os seus projectos pessoais de vida.

Free movers: identidade europeia e perfil social

De um modo geral, e com base em estudos recentes (Rother e Nebe, 2009), os *free movers* são aqueles cidadãos que, quando comparados com aqueles que não saíram do seu país de origem (*stayers*), revelam uma imagem mais positiva da Europa, afirmam ter um maior conhecimento acerca das políticas e das instituições comunitárias, e que utilizam uma auto-identificação pro-europeísta ao declararem sentir-se “mais europeus”. Apesar de este grupo social poder à partida ser considerado como o mais adequado para a análise dos conteúdos e das auto-definições identitárias europeias, a verdade é que nem todos os indivíduos que o integram mostram o mesmo grau de afinidade com a Europa, uma vez que, estas mesmas identificações variam segundo a idade, o grau de qualificação, a trajectória pessoal e os motivos de mobilidade (Fligstein, 2009).³

Assim, debaixo da etiqueta de *free movers* convivem diversas realidades, ou seja, desde cidadãos cujas motivações e perfis sociais obedecem a padrões de mobilidade clássicos – mão-de-obra masculina com níveis de formação baixos que escapa às limitações do mercado de trabalho impostas nos seus locais de origem –, até indivíduos que combinam motivos mais pós-materialistas (estilo de vida, lazer, autorrealização pessoal, aventura, libertação sexual ou desenvolvimento profissional) com habilitações literárias mais elevadas.⁴ Tendo em conta os novos contextos de mobilidade europeus, alguns autores anunciam a morte de uma era migratória pro-

tagonizada por “*homens analfabetos procedentes de áreas rurais*” (Rea, 2006:159), dado que, entre 1995 e 2005, se tem vindo a registar que a média do nível educativo dos *free movers* é superior à da população do país de destino (Favell e Recchi, 2009:16). Contudo, essa “morte anunciada” deve ser criticamente interpretada. Os novos modelos migratórios intra-europeus apresentam uma maior dose de complexidade e heterogeneidade quando comparados com modelos precedentes. Neste sentido, seria mais apropriado falarmos no final de uma época migratória exclusivamente caracterizada por um modelo de recrutamento de mão-de-obra não qualificada, cujo destino é o Centro ou o Norte da Europa mais desenvolvida. Este modelo não desapareceu e actualmente convive com outros fluxos migratórios – mulheres urbanas e qualificadas, turistas, estudantes, asilados, reagrupamento de famílias –, que alteram o perfil social, étnico e político da Europa.

Tendo presente este novo modelo migratório, queremos dirigir o nosso olhar para aqueles indivíduos que, hipoteticamente, apresentariam maiores possibilidades de satisfazer alguns pré-requisitos (mobilidade, formação, motivos pós-materialistas) para “sentir-se mais europeus” (Favell, 2008). De facto, na análise das relações entre mobilidade e identidade nos *free movers*, os *Eurostars* destacam-se como o grupo que, com maior frequência, se auto-define como “europeu” (Rother e Nebe, 2009). Isto não implica que outros grupos que compõem esta categoria (reformados, pré-reformados, imigrantes tradicionais) não possam utilizar este conceito para definir a sua identidade. Afinal de contas, também são cidadãos europeus que, tal como os *Eurostars*, se movem e interagem num espaço geopolítico com os mesmos direitos civis e legais. No entanto, os *Eurostars* são o grupo que com maior frequência e assertividade dizem ser “europeus”, e por isso, sobre cuja análise do perfil social assume uma maior relevância para estas páginas.

Neste sentido, uma questão importante que deverá ser colocada é se os *Eurostars* personificam uma geração de pioneiros na formação e construção da identidade europeia. Num estudo paralelo ao de Rother e Nebe (2009), Neil Fligstein (2009) refere que a auto-identificação de ser europeu é facilmente visível naqueles cidadãos com um grau de qualificação mais elevado (empresários, profissionais liberais, investigadores, artistas), o que os situa à partida numa posição mais favorável para usufruir das vantagens da livre circulação. No fundo, aquilo que Fligstein está a argumentar é que a predisposição europeísta se manifesta mais acentuadamente nos indivíduos que têm mais oportunidades de interagir com outros europeus. A criação de relações económicas no âmbito da UE estimula um maior número de contactos entre cidadãos pertencentes à mesma categoria profissional, contribuindo para a construção e consolidação da sua auto-percepção como europeus. Como tal, e se com base nesta interacção certos cidadãos partilham uma série de interesses, modos de vida e gostos comuns, e adquirem progressivamente consciência das suas similitudes e afinidades; para a maior parte da população que não sai dos seus países, essa realidade transnacional não faz parte do seu imaginário quotidiano, não contribuindo portanto directamente para a formação da sua identidade pessoal.

A questão que se coloca a partir daqui é de saber se essa identidade europeia é, essencialmente, património exclusivo de uma classe profissional transnacional res-

trita que, de acordo com um perfil social, um capital cultural e uma trajectória de mobilidade concreta, reúne as condições estruturais para autodefinir-se como europeia. Se tal situação se verificasse, caberia então questionar se a identidade europeia apresenta uma natureza intra-classista.⁵ Esta possibilidade adquire alguma consistência quando nos debruçamos em estudos dedicados ao tema. Na obra *Eurostars and Eurocities*, Adrian Favell (2008) apoia-se em técnicas etnográficas para recolher os testemunhos de vida de 60 *free movers* que residem em Londres, Amesterdão e Bruxelas, e que fazem da Europa o palco das suas carreiras profissionais e pessoais. A homogeneidade tipológica deste grupo, independentemente das cidades de residência, é particularmente importante para ilustrar a emergência de um grupo de cidadãos fruto da mobilidade intra-europeia. Por outro lado, se tomarmos as suas actividades profissionais como um indicativo do seu posicionamento social, observamos como todos eles detêm uma ocupação que exige um alto nível de formação (arquitectos, engenheiros, consultores, jornalistas, investigadores, gestores, funcionários da UE, analistas, designers e informáticos).

Embora só tenham sido apontadas aqui algumas pistas relativas à identidade europeia e ao perfil sócio-demográfico de um grupo que mais positivamente utiliza a Europa na sua autodefinição identitária, nas páginas seguintes centrar-nos-emos numa questão primordial referente às *bases sociais da identidade europeia*. A questão de saber se este tipo de identidade se estende a vários sectores da população, ou se pelo contrário, se encontra apenas reservada a certos sectores sociais, é extremamente importante na medida em que uma parte do sucesso do projecto europeu passa pela identificação dos cidadãos com a Europa. Neste sentido, o risco que representaria a construção de uma identidade europeia de perfil elitista, que excluísse uma grande parte da população, comprometeria incontestavelmente o êxito da integração social que a União Europeia se tem esforçado por desenvolver (Rother e Nebe, 2009).

Ser Europeu

A analogia Europa/Estados-nação

Como tem vindo a ser referido, os níveis mais elevados de identificação com a Europa encontram-se nas auto-definições identitárias dos *free movers* em comparação com os cidadãos que decidem não emigrar. No entanto, Rother e Nebe (2009) indicam que essa identificação diverge tendo em conta tanto o país de origem como o país de residência. De facto, os resultados do seu estudo, incluído no projecto PIONEUR, permitem concluir que cerca de 49,7% destes cidadãos móveis compatibilizam um tipo de identidade composta por três *inputs* diferentes: a Europa, o país de residência e o país de origem. Estes *Euromasters*, para utilizar a terminologia das autoras, convivem com outros grupos que também expressam diferentes graus de identificação com a Europa: os *Lifestyle movers* (10%), que afirmam sentir uma alta ligação à Europa e ao seu país de residência e uma baixa ligação ao local de origem; os *Homesick movers* (6,9%), com elevada ligação à Europa e ao país de origem e baixa ligação ao país de residência; e os *Cosmopolitans* (2,5%), exclusivamente ligados à Europa e com baixa ligação identitária aos seus locais de residência e de procedência.⁶ Exis-

tem, pois, diversas modalidades de identificação com a Europa de acordo com as combinações possíveis desses três *inputs*. De um modo geral, os indivíduos que manifestam uma ligação à Europa (*Euromasters, Lifestyle movers, Homesick movers e Cosmopolitans*) correspondem a uma percentagem total de 68,9%.⁷

Um outro estudo que apresenta dados complementares é o de Fligstein (2009), onde o autor, apoiando-se em dados do Eurobarómetro 61 (2004) relativos a uma população não móvel, constata que apenas 3,9% dos indivíduos se vêem exclusivamente como europeus, 8,8% como europeus e nacionais, 43,3% como “eventuais” europeus dependendo das circunstâncias, e 44% como cidadãos estritamente nacionais. Assim, podemos afirmar que a identificação com a Europa é maioritariamente reconhecida pelos cidadãos dos diferentes Estados-membros como complemento a outro tipo de identificações mais específicas como é a identidade nacional. No entanto, e embora estes dados sejam apenas indicativos do grau de identificação europeia, não permitem dar a conhecer o conteúdo dessa mesma auto-definição, ou seja, não respondem à pergunta *do que representa afinal ser europeu?*

A resposta a esta questão é frequentemente procurada recorrendo aos textos fundacionais da União Europeia. Nestes, o significado de “ser europeu” encontra-se associado à identificação de uma herança cultural de raiz humanista-cristã que incide no desenvolvimento de valores universais tais como a inviolabilidade dos direitos humanos, a liberdade, a democracia, a igualdade, a império da lei e a abertura à cultura, ao conhecimento e ao progresso. Por outro lado, as reflexões de vários autores e intelectuais integram igualmente um *corpus* literário sobre a “europeidade” que, *grosso modo*, tende a pôr em relevo esses mesmos valores (Delanty, 2005b; Kohli, 2000). A par destas aproximações teóricas, é possível ainda identificar um amplo repertório de iniciativas institucionais cujo objectivo passa tanto pelo apoio como pela difusão dos aspectos mais significativos do projecto europeu. É neste sentido que a União desenvolve vários programas culturais e científicos, estabelece comemorações públicas, fixa datas de relevância para a Europa e organiza outras actividades de diversa natureza. Entre os símbolos que actualmente representam a União podem incluir-se a moeda única, a bandeira, o hino europeu, o jornal *The European*, programas universitários como *Erasmus, Sócrates e Madame Curie*, festivais de cinema e teatro, prémios (Carlomagno), matrículas de carros, um formato único de passaporte e a designação do dia 12 de Maio como o Dia da Europa (Bornemam e Fowler, 1997; Kohli, 2000).

Situamo-nos assim perante medidas institucionais que procuram gerar, construir ou alimentar uma hipotética identidade europeia, e cuja natureza é análoga às acções realizadas por diferentes países para a adopção do modelo de Estados-nação e as consequentes medidas desenvolvidas para a socialização nacional dos seus cidadãos. Deste modo, a Europa, enquanto unidade política, preocupa-se com a construção da identidade europeia de um modo idêntico às preocupações anteriormente vividas pelos Estados para edificar as suas respectivas identidades nacionais; o que exige, enquanto projecto identitário, a renacionalização dos cidadãos segundo padrões europeus. Até certo ponto, é lógico que assim seja. O facto de a UE pretender construir uma identidade supranacional através da “imitação” da construção iden-

titária dos próprios Estados-membros é legítima, ao tratar-se tanto da forma mais eficaz como do exemplo histórico mais próximo da memória colectiva. No entanto, qualquer processo identitário que se pretenda empreender tendo como referência os Estados-nação deverá ter em conta os seguintes elementos:

- De um modo geral, os dados que até agora foram recolhidos sobre as tensões entre a identidade europeia e a identidade nacional evidenciam que ambas, na maior parte dos casos, são compatíveis entre si. A construção das identidades nacionais exigiu, por parte dos Estados, homogeneizar, ultrapassar e suprimir outras identidades locais e regionais que foram relegadas para uma posição secundária. Até ao momento, considera-se que a identidade europeia não tende a anular as identidades nacionais, mas sim a construir-se através de uma situação de compatibilidade e equilíbrio (Delanty, 2005a; Bornenam e Fowler, 1997).

- Apesar da identidade europeia poder denominar-se uma “identidade débil”, é importante não esquecer que esta se desenvolve sobre outras identidades nacionais que operam como o máximo referencial simbólico para a acção individual. Com efeito, as identidades nacionais não só articulam as comunidades locais outorgando-lhes sentido e coesão social, como ainda constituem um poderoso recurso de mobilização quer das associações quer dos conflitos entre indivíduos. As identidades nacionais são vigorosas e resistem de múltiplas formas às eventuais tentativas de homogeneização que a identidade europeia poderá trazer consigo (Lowenthal, 2000).

- Na construção da identidade europeia existe uma dificuldade em criar ou recuperar referências “épico-míticas” tal como fizeram os Estados europeus no momento de afirmar e justificar a sua existência como Nação. Actualmente, qualquer tipo de argumento dessa natureza é entendido como pouco credível por parte dos cidadãos, dificultando a elaboração de uma “narrativa” europeia que pudesse gerar uma adesão cívica crescente (Bornemam e Fowler, 1997).

- Essa “narrativa” cultural e identitária sobre a Europa também terá de confrontar criticamente a “vertente escura” da sua história, e incluir fenómenos sociais diversos como os totalitarismos, os campos de extermínio, as limpezas étnicas, as guerras, a intolerância, a perseguição religiosa, a colonização, o imperialismo e a escravatura. Estes factos deveriam servir para condicionar e relativizar o sentimento de “orgulho europeu” (Lowenthal, 2000).

- Na Europa, a construção dos Estados-nação desenrolou-se através de um longo processo que demorou vários séculos a finalizar. A experiência identitária e sociopolítica da UE é, pelo contrário, relativamente recente comparada com a experiência das “velhas” nações. A analogia entre a União e os restantes Estados permite, pois, constatar e reforçar a ideia de que a Europa ainda se encontra numa fase inicial do seu percurso histórico enquanto entidade política transnacional (Fligstein, 2009).

- Finalmente, é importante não esquecer que a Europa contém uma enorme diversidade de elementos culturais e de recursos socioeconómicos dependendo das regiões em questão. Por este motivo, o ponto principal aqui é saber como se poderão harmonizar estas mesmas disparidades sem perder de vista a singularidade de cada país. Apesar dos diferentes Estados-nação se terem formado através desta harmonização sociocultural, será que a Europa deverá transitar pelo mesmo caminho? Convém não esquecer que essa mesma via - a afirmação nacional - deu origem a alguns acontecimentos (duas guerras mundiais, por exemplo) que mostraram aos europeus os riscos do etno-nacionalismo. E embora a UE tenha inicialmente sido concebida como um projecto nascido para ultrapassar os perigos criados pelo nacionalismo e os seus excessos, o dilema ético-moral que se coloca é se o crescimento de um “novo nacionalismo europeu” não irá actuar no futuro como substituto dos “velhos nacionalismos nacionais” (Delanty, 2005a; Kohli, 2000; Rea, 2006).

Ser europeu e não-europeu

Como temos vindo a defender, a construção da identidade europeia não se contrapõe às identidades nacionais, embora a um nível teórico, a afirmação de qualquer tipo de identidade seja simultaneamente a reivindicação de uma diferença relativamente aos que não fazem parte de um grupo (Kohli, 2000). É, simplesmente, a oposição do “nós” frente aos “outros”. Por este motivo, e embora a identidade tenha uma função socialmente integradora, também marca uma distância relativamente a outros grupos de indivíduos. Neste sentido, se a identidade europeia não está a ser construída em oposição às identidades nacionais, perante que modalidade identitária está então a ser construída?

Na opinião de Rea (2006), a identidade europeia tem-se vindo a construir em oposição aos “não europeus”. No entanto, a categoria de “europeu” admite diferentes conceptualizações, sendo que nenhuma delas é totalmente precisa ou satisfatória. Assim, uma das possibilidades é de dar uma definição legal desta categoria apoiada no fundamento básico da cidadania europeia, ou seja, nos direitos que a UE outorga aos indivíduos que possuem a nacionalidade de, pelo menos, um dos Estados-membro. Por outro lado, esta conceptualização, de natureza exclusivamente legal, tem repercussões na construção das imagens e representações sociais do que significa, dentro da União, ser “não-europeu”, conceito este frequentemente vinculado ao “imigrante”. Existe, neste ponto, uma intersecção entre aspectos culturais, legais e identitários no que se refere à dicotomia “europeu/não-europeu”, que pode ser igualmente encontrada em discursos dominantes sobre a integração social do imigrante.

Se até aos dias de hoje, a questão da imigração foi discutida na Europa desde uma perspectiva económica-laboral, a partir de agora, assiste-se a um discurso que abrange tanto a construção da identidade como a avaliação do “impacto cultural” do imigrante na sociedade de destino. Neste contexto, o significado da noção de “imigrante” no espaço intra-europeu tem vindo a ser sofrer alterações semânticas

decorrentes da integração social da União Europeia. A título de exemplo, o grupo dos *Eurostars* no estudo de Favell (2008) revela manter uma relação ambígua e de atribuir diversos significados a este conceito. Embora alguns dos entrevistados aceitem a sua condição de imigrantes num sentido meramente técnico-descritivo, isto é, admitem sê-lo na medida em que residem fora do seu país de origem; outros tendem a salientar as suas diferenças comparativamente à imigração tradicional, feita por motivos económicos e assente num capital humano com baixas qualificações. Como tal, e sobretudo entre os indivíduos procedentes da Europa do Sul, esta distância social face aos imigrantes “da velha escola” é realçada nos seus discursos, obrigando à procura de fórmulas alternativas de denominação (europeus, cidadãos comunitários, etc.). Por último, existem indivíduos que rejeitam frontalmente uma auto-definição de imigrante, apoiando-se na existência de diferenças culturais “europeias” substanciais relativamente aos “não-europeus”. Neste último caso, assume-se um discurso hegemónico sobre a imigração que faz das diferenças e das especificidades culturais um obstáculo para a integração social.

Os *Eurostars*, assumindo este tipo de discurso “culturalista” sobre a integração fazem dependê-la da bagagem cultural comum que partilham com outros europeus, sem especificar claramente se: a) esses outros europeus são exclusivamente cidadãos pertencentes à UE; b) esses outros europeus são cidadãos de países geograficamente incluídos na Europa mesmo sem serem Estados-membro da União, e c) se o facto de usufruir certos privilégios legais no país de residência (direitos laborais, civis e políticos equivalentes aos cidadãos nacionais de um Estado-membro), são ou não um elemento exclusivo para a criação de condições sociais de uma integração bem sucedida. Embora a especificidade cultural e os privilégios legais sejam duas questões de natureza diferente, o que sim se observa no discurso dos entrevistados é que estas ideias aparecem interligadas entre si. Situamo-nos, pois, perante uma modalidade de discurso complexo e relativamente impreciso que associa a integração com variáveis culturais e legais na conceptualização da categoria de “europeu”, e que, do mesmo modo, também elabora uma associação análoga entre o “não-europeu/imigrante/estrangeiro/extra-comunitário”.

Como já mencionámos anteriormente, não existe uma definição unívoca do termo “europeu”: este pode referir-se tanto a um cidadão nacional de um Estado-membro (o que deixaria de fora, por exemplo, os suíços ou os noruegueses), como a um cidadão nacional de um Estado não membro apesar de geograficamente localizado no continente europeu, o que obriga a confrontar problemas de “limitação geográfica”, por exemplo, na eventual entrada da Turquia na União Europeia. Os critérios legais e geográficos são insuficientes e, no caso dos *Eurostars*, entram em jogo considerações de outra natureza ligadas à identidade cultural e às representações sociais sobre o “estrangeiro” ou o imigrante. Estas noções, apesar de possuírem uma dimensão legal em função dos diferentes estatutos definidos por cada Estado, incluem também, e aqui concordamos com Rea (2006), uma dimensão étnico-cultural (“os negros”, “os ciganos”, “os árabes”, “os turcos”, “os asiáticos”) ou religiosa (“os muçulmanos”), que torna problemática a sua assimilação como cidadãos europeus.

A atribuição de semelhanças entre estes conceitos coloca, pois, novas questões sobre as quais é necessário reflectir. A “europeidade”, teoricamente definida segundo valores universalistas nos textos fundacionais da UE e nas contribuições de intelectuais e figuras públicas, estabelece algumas distinções na sua vertente prática. Apesar de a União defender a superação dos nacionalismos, não está livre de produzir novas definições identitárias com um maior ou menor grau de exclusão social (Kohli, 2000; Rea, 2006). Como sustenta Kohli (2000) em defesa desta ideia, o “europeu” pode ser contraposto ao “árabe”, ao “turco” ou ao “asiático” como forma a salvaguardar as suas especificidades culturais como grupo étnico. Esta ideia de exclusão social baseada na dicotomia “europeu/não-europeu” encontra-se, aliás, apoiada empiricamente em outras investigações. Lazaridis e Wickens (1999) demonstram como na Grécia essa mesma distinção é realizada pelos autóctones entre aqueles que são trabalhadores albaneses (os “não europeus”) e outros trabalhadores temporários procedentes de países membros da UE (“os europeus”). Estes cidadãos comunitários funcionam dentro da União como aquilo que Bianchi (2000) designa por “imigrantes turistas-trabalhadores” (*migrant tourist-workers*), uma vez que, movidos pelo desejo da descoberta, aventura, lazer e gosto pelo estilo de vida grego, procuram durante o Verão empregos provisórios e de baixo estatuto social em sectores da restauração, limpeza ou serviço de hotéis. No entanto, e apesar de em muitos casos este tipo de trabalho ser igualmente ocupado por albaneses, o tratamento pessoal e laboral dado aos “europeus” é mais favorável (maior cortesia nas interacções quotidianas, salários mais elevados, melhores condições de trabalho) comparativamente aquele atribuído aos albaneses.

Neste sentido, nas representações sociais de certos grupos de europeus existem categorias nacionais “candidatas” a ocupar a posição do “outro”, ou seja, certas minorias étnicas não ocidentalizadas e procedentes de países extra-comunitários (vd. Lazaridis e Wickens, 1999; Rea, 2006). Estas categorias são, contudo, dinâmicas e susceptíveis de transformação simbólica, uma vez que, por exemplo, certos cidadãos da actual UE25 (portugueses e espanhóis) foram numa fase inicial os “não-europeus” da integração sociopolítica. Segundo Favell e Nebe (2009), esta reestruturação simbólica do estatuto nacional também está a ocorrer em cidadãos intra-comunitários dos países de Leste a residir num Estado-membro ocidental. Uma vez que o usufruto de plenos direitos legais e políticos dentro do espaço intra-europeu exige um período de transição, o discurso proferido pelos cidadãos de Leste quando questionados sobre o sucesso da sua integração social inclui sentimentos de discriminação sócio-laboral e a sensação de pertença a uma “segunda classe” de cidadãos dentro da União Europeia.

Identidade, mobilidade e participação política

Após esta reflexão sobre a identidade europeia e a dimensão emergente de “não-europeu”, queremos agora centrar-nos nos vínculos existentes entre a identidade, a mobilidade e a participação política. Como foi referido anteriormente, em Favell (2008) e Favell e Recchi (2009) encontramos uma caracterização dos *free movers* como pioneiros da integração social intra-comunitária, dado serem aqueles que

aproveitam as oportunidades oferecidas pela União para desenvolver um projecto de vida num outro Estado-membro. No entanto, segundo Favell (2008), uma das condições imprescindíveis para se ser pioneiro é que existam poucos cidadãos a beneficiarem-se do direito de mobilidade. A generalização deste princípio a mais indivíduos poderá eliminar o seu carácter vanguardista, e desenharia um panorama muito diferente e mais próximo a uma mobilidade massificada. Se esse fosse o caso, o elemento distintivo dos actuais pioneiros – isto é, o seu “capital de mobilidade” (Scott, 2006)⁸ – tenderia a desaparecer e a sua experiência intra-europeia seria progressivamente desvalorizada. Essa desvalorização suprimiria, na opinião de Favell (2008), um dos actuais incentivos à mobilidade, ou seja, a acumulação de capital e experiência transnacional, empurrando os indivíduos “não para fora” mas sim “para dentro” dos seus locais de origem.

O pioneiro é, por isso, uma figura dual, uma vez que, por um lado, abre caminhos até aí desconhecidos e que eventualmente podem conduzir a um futuro melhor – “os pioneiros da integração europeia são os pioneiros de uma Europa melhor” – como atestam Favell e Recchi (2009:24); mas, cuja contribuição, por outro lado, nunca será suficiente sem a dos “não pioneiros”, ou seja, daqueles europeus que, ainda hoje, decidem permanecer nos seus países. Desta forma, assumir que a mobilidade é um factor estruturador da identidade europeia conduz-nos a um “beco sem saída”:

- Quantitativamente, os *free movers* são poucos em número. Por este motivo, não é possível pensar actualmente na existência de uma identidade europeia consistente e que se possa estender a várias camadas da população.
- Se houver um aumento dos *free movers*, o seu factor distintivo – o capital de mobilidade (Scott, 2006) – perderá valor, uma vez que um dos incentivos à mobilidade diminuiria paulatinamente. Em consequência, e paradoxalmente, se não houver mobilidade, a hipótese de uma Europa construída “informalmente” ou “desde baixo” pela sociedade civil deixa de fazer sentido. O diagnóstico de Fligstein (2009) é, neste aspecto, coincidente com o de Favell (2008). Na sua opinião, se a oportunidade de interacção social com outros europeus é exclusiva a um grupo restrito, a massificação da identidade europeia é ainda um fenómeno efémero. Contudo, o autor detecta algumas oportunidades de massificação quer no aumento do nível educativo da população europeia, quer na renovação geracional que viria a substituir ao longo do tempo as camadas “velhas” por “novas” camadas internacionalizadas, através de programas como o Erasmus ou fenómenos de globalização do turismo.

No entanto, é necessário reflectir se o único resultado social fruto da mobilidade é a criação de uma identidade europeia ou, se pelo contrário, podem existir outras possibilidades. O certo é que uma das consequências da extrema mobilidade geográfica é a configuração de uma identidade anómica e carente de sentimentos de pertença.⁹ A mobilidade, quando intensa e prolongada, pode gerar no indivíduo a sensação de viver uma existência superficial e desenraizada, feita de contactos superficiais com os cidadãos dos vários países de destino, com sentimentos de desintegração e de instabilidade, e dificuldades em manter uma rede social consistente. Estar permanentemente exposto à mudança geográfica e a novas realidades socioculturais

dificulta a construção de um percurso vital sequenciado e coerente, fenómeno que, para utilizar a expressão de Richard Sennet (2000), vai “corrompendo o carácter”. Esta biografia fragmentada traz consigo consequências morais para o indivíduo, no sentido de fomentar uma incapacidade de estabelecer dependências estáveis, e uma falta de reconhecimento daquilo que a pessoa é. Em termos gerais, entendemos que o diagnóstico de Sennet é acertado, embora exija uma certa ponderação crítica.

O autor associa “a corrosão do carácter” à precariedade das condições laborais e à mobilidade, estando ambas também relacionadas entre si. No caso dos *free movers*, seria necessário discutir em que medida lhes é aplicável a precariedade laboral tendo em conta que, como vimos, a mobilidade intra-europeia promove, maioritariamente, uma mobilidade social ascendente (Favell e Recchi, 2009). Isto é, se a tendência geral é de uma mobilidade geográfica estreitamente relacionada com a promoção social, não parece, à primeira vista, que a precariedade laboral que promove o capitalismo flexível seja uma condição que afecte especialmente os *free movers*. Mais ainda, se dentro deste grupo nos centramos nos *Eurostars*, e mais especificamente para a amostra de entrevistados de Favell (2008) – sem esquecer que se trata de uma amostra não representativa –, podemos constatar que esta precariedade laboral faria ainda menos sentido uma vez que estes são maioritariamente indivíduos com empregos altamente qualificados e bem remunerados (2008: 7).

Relativamente ao vínculo “mobilidade/corrosão do carácter”, este emerge no discurso de alguns dos entrevistados de Favell (2008) num marco económico global de capitalismo flexível, que castiga a rotina e a permanência e enfatiza a adaptabilidade contínua. E emerge, principalmente, entre aqueles indivíduos “perpetuamente” móveis, para os quais, nas expressivas palavras de Favell “*a mobilidade pode converter-se numa carga, numa patologia, ou mesmo numa doença. Uma vida sem normas também pode ser uma vida à deriva, aos pedaços, sem coerência social ou espacial, uma sombra da sociedade à tua volta, um fantasma que passa*” (2008:211). O recurso, nestes casos, ao qualificativo “europeu”, surge como última fonte de inspiração identitária quando os laços afectivos e culturais estabelecidos com uma só comunidade nacional deixam de existir.

Deixando de lado a possibilidade de existência de uma “identidade anómica europeia”, resta apontar uma última linha de reflexão sobre a relação entre mobilidade e identidade. Embora o projecto europeu possua uma boa imagem social por parte da cidadania em geral, este sentimento não tem vindo a ser acompanhado, até ao momento, de altos níveis de participação eleitoral. As causas desta baixa participação encontram-se, na opinião de Díez Medrano (2009) em duas explicações complementares:

- Por um lado, a existência de um défice de conhecimento acerca das instituições europeias e do seu funcionamento, converte-as numa realidade afastada da sociedade civil. Este afastamento contribui, simultaneamente, para o desconhecimento do projecto europeu, gerando a ideia de que a União é exclusivamente dirigida pelas elites políticas de cada país.

- Por outro lado, uma vez que o contexto nacional funciona como a principal referência política e social para os indivíduos, o envolvimento e a participação dentro deste espaço é tido como prioritário comparativamente ao europeu. Deste modo, as eleições e as consultas europeias são concebidas como fenómenos secundários ou de segunda ordem.

Apesar da identidade europeia ser mais manifestamente sentida pelos *free movers* em comparação com os *stayers* (cidadãos não móveis) (Fligstein, 2009), esta identificação não se traduz num maior nível de participação efectiva no processo político de construção da União Europeia. Embora os índices de interesse político dos *free movers* sejam muito significativos, o seu grau de participação eleitoral não é muito diferente do resto da população, integrando-se igualmente nessa “apatia geral europeia”. Esse interesse não se concretiza, pois, eleitoralmente. Para além do direito de voto nas eleições europeias em qualquer Estado-membro, a União permite ainda aos cidadãos europeus votarem nas eleições autárquicas do seu país de destino, sempre que estes estejam registados no censo como “cidadão europeu residente”. No entanto, e de acordo com estimativas oficiais recentemente recolhidas, os “cidadãos europeus residentes” são cerca de 5,7 milhões (menos de 2%) num censo total de 338 milhões de europeus, e desses 5,7 milhões, estima-se que só 12% a 15% do total de *free movers* esteja registado (Muxel, 2009:173).¹⁰

Por este motivo, será necessário analisar novas medidas que possam ser aprovadas neste terreno e avaliar os efeitos negativos que estas poderiam ter sobre a participação eleitoral. No dia 2 de Abril de 2010, o jornal *El País* informava que os dois principais partidos políticos de Espanha – PSOE e PP – estavam a negociar a proibição de voto nas eleições gerais para os espanhóis residentes no estrangeiro, concedendo-lhes, em compensação, uma representação única no Senado (Câmara de Representantes secundária e sem capacidade legislativa).¹¹ No caso desta medida política vir a ser executada, deixará de fora 1,3 milhões de votantes, colocando uma questão central para o debate entre mobilidade e participação política: se a medida se generalizar a outros Estados-membros, como é que a UE poderá gerir o conjunto de cidadãos que não poderão votar nem nos seus países de origem, nem nas legislativas dos seus países de residência, que paralelamente, apresentam um baixo nível de participação nas eleições europeias e que na sua maioria não se registam como “cidadãos residentes”? Numa Europa que no plano sociopolítico se apresenta como a grande impulsionadora e defensora da democracia, como confrontar e interpretar uma eventual restrição dos direitos eleitorais dos seus cidadãos?

Conclusão

Ao longo destas páginas procurámos empreender uma reflexão que contemplese algumas questões sobre o modo como a identidade europeia está a ser actualmente construída. Os resultados de algumas investigações mais recentes sobre o tema (Favell e Recchi, 2009; Rother e Nebe, 2009; Favell, 2008) mostram que uma mobilidade mais intensa determina um maior nível de identificação com a Europa e com o projecto sociopolítico da União. No entanto, o número de cidadãos europeus

que decide sair do seu país de origem para residir num outro Estado-membro (*free movers*) ainda é, nos dias de hoje, extremamente baixo, fenómeno que compromete a dimensão do alcance da “europeidade” a um conjunto maior de cidadãos. Por outro lado, ao longo destas páginas, foi igualmente problematizada a dificuldade existente em construir uma identidade europeia usando os mesmos meios institucionais anteriormente utilizados pelas antigas nações na construção da identidade nacional, e o perigo que esta via representa para a emergência de nacionalismos na Europa que tendam progressivamente a separar o “nós” (europeus) do “eles” (não europeus). Finalmente, um último tema a ser abordado foi o paradoxo existente entre identidade, mobilidade e participação política, dado que, apesar dos *free movers* serem aqueles que manifestam mais sentimentos de pertença à Europa, são também aqueles que revelam menos comportamentos políticos e participação cívica quando convocados em eleições europeias ou autárquicas.

O que esperar, assim, do desenvolvimento de uma identidade europeia que em boa medida legitime o projecto da União? O que fazer quando um dos elementos que mais motiva a formação desta consciência – a mobilidade intra-europeia – é apenas residual? O panorama, de facto, não se apresenta muito optimista, salvo se certas medidas institucionais forem adoptadas transversalmente em todos os Estados-membros: falamos, por exemplo, na necessidade em “criar europeus” através de uma educação formal transmitida pelas escolas, comum a todos os países, que inclua nos currículos a história e a cultura da Europa. Se este foi e continua a ser um método eficaz na educação de cidadãos nacionais, certamente terá uma influência social mais alargada do que a própria dinâmica socializadora derivada da mobilidade geográfica.

Por outro lado, o número de casamentos bi-nacionais entre europeus tem vindo, paulatinamente a aumentar, o que, a médio e longo prazo, poderia contribuir para a interiorização de uma consciência “mais” europeia numa geração futura de cidadãos (Gaspar, 2009). A emergência destas famílias transnacionais representa não só um terreno rico para a observação de novas dinâmicas conjugais e parentais, como também para o entendimento das causas e consequências dos novos fluxos e mobilidades geográficas que actualmente configuram o espaço intra-europeu.

Por fim, é importante ter presente a dimensão social do turismo não só dentro da Europa como também à escala global, uma vez que é um fenómeno que influencia a construção e reconstrução de imaginários pessoais e colectivos, sociabilidades, atitudes e comportamentos, e que ajuda a estruturar a identidade dos cidadãos e a moldá-la de acordo com as mobilidades espaciais e os contextos culturais que se atravessam na sua história de vida (Bianchi, 2000).

A identidade europeia ainda é, actualmente, um sentimento difuso e abstracto quase exclusivamente vivido como complemento “pacífico” da identidade nacional. Tal como acontece com a integração social europeia, as afinidades dos cidadãos com a Europa ainda não são capazes de gerar comportamentos e mobilizações colectivas comparáveis aquelas exibidas num plano nacional. Apesar de tudo, a consciência europeia de hoje é maior do que há 20 anos atrás, o que permite especular se não

estamos a viver o começo de um processo que no futuro nos fará sentir a todos um pouco mais europeus.

Notas

¹ Referimo-nos ao projecto PIONEUR (*Pioneers of European Integration from below: Mobility and the Emergence of European Identity among National and Foreign Citizens*) coordenado por Ettore Recchi entre 2003 e 2006, e desenvolvido mediante um inquérito a 4.902 indivíduos procedentes do Reino Unido, França, Alemanha, Itália e Espanha, todos eles a viverem fora dos seus locais de origem e a residirem em algum destes cinco países. Sobre os resultados e conclusões do projecto, vd. Favell e Recchi (2009). O contraponto qualitativo do projecto, onde foram utilizadas técnicas etnográficas e entrevistas aprofundadas pode ser consultado em Favell (2008).

² Uma vez que este conceito em inglês é particularmente sugestivo, utilizaremos ao longo deste artigo esta versão em detrimento da expressão portuguesa de “cidadãos móveis”.

³ Fligstein elabora a sua argumentação a partir dos dados dos Eurobarómetros 61 (Abril, 2004), 54 (Dezembro, 2000) e 48 (Outubro, 1997).

⁴ Sobre os motivos individuais que explicariam a decisão de sair do país de origem, vd. Santacreu, et al. (2009).

⁵ Para uma interpretação convergente sustentada quantitativamente, vd. Fligstein (2009:133 e ss).

⁶ Óptimas por manter as designações tipológicas identificadas por Rother e Nebe (2009) na sua versão original.

⁷ Os restantes indivíduos inquiridos que não revelaram identificações à Europa incluíam os *Bi-cultural movers* (identificações com o país de origem e o país de residência), os *Carefree movers* (só se identificam com o país de residência), os *Recent Labour Migrants* (só se identificam com o país de origem), e os *Individualists* (sem identificações com o país de origem, residência e Europa).

⁸ A definição de “capital de mobilidade” proposta por Sam Scott e Kim Cartledge (2009:76) equivale ao conhecimento tácito e formal adquirido pelos indivíduos mediante a mobilidade internacional, correspondendo à capacidade para assimilar e adaptar-se a novas estruturas nacionais e transnacionais. Deste modo, este processo exige a modificação de formas precedentes de capital social, cultural, linguístico, económico ou humano, através da aquisição de um novo tipo de capital (capital de mobilidade) que implica a readaptação de estruturas psicológicas anteriores às experiências de migração internacional.

⁹ Para uma análise desta questão, vd. capítulo 13 em Favell (2008).

¹⁰ Estes são dados de 2004. Contudo, a percentagem tem vindo a aumentar lentamente desde 1994 (6% registados) e 1999 (9% registados).

¹¹ El País (2010), “PSOE y PP negocian que los emigrantes sólo puedan votar para el Senado”

[disponível em: http://www.elpais.com/articulo/espana/PSOE/PP/negocian/emigrantes/solo/puedan/votar/Senado/elpepiesp/20100402elpepinac_1/Tes, accedido a 16.04.2010]

Referências Bibliográficas

- Bianchi, R. V. (2000), “Migrant tourist-workers: exploring the ‘contact zones’ of Post-industrial tourism”, *Current Issues in Tourism*, vol. 3, n.º 2, Routledge, pp.107-137.
- Borneman, J. e Fowler, N. (1997), “Europeanization”, *Annual Review of Anthropology*, n.º 26, pp. 487-514.
- Braun, M. e Arsene, C. (2009), “The demographics of movers and stayers in the European Union”, in Recchi, E. e Favell, A. (orgs.), *Pioneers of European Integration. Citizenship and Mobility in the EU*, Cheltenham/Northampton, MA: Edward Elgar Publishing, pp. 26-51.
- Delanty, G. (2005a), “What does it mean to be a ‘European’?”, *Innovation*, vol.18, n.º1, Routledge, pp. 11-22.
- Delanty, G. (2005b), “The Idea of a Cosmopolitan Europe: On the Cultural Significance of Europeanization”, *International Review of Sociology*, vol.15, n.º 3, pp. 405-421.
- Díez Medrano, J. (2009), “The public sphere and the European Union’s political identity”, in Checkel, J. T. e Katzenstein, P. J. (orgs.), *European Identity*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 81-107.

- Favell, A. (2008), *Eurostars and Eurocities. Free Movement and Mobility in an Integrating Europe*, Oxford: Blackwell Publishing.
- Favell, A. e Nebe, T. (2009), "Internal and external movers: East-West migration and the impact of EU enlargement", in Recchi, E. e Favell, A. (orgs.), *Pioneers of European Integration. Citizenship and Mobility in the EU*, Cheltenham/Northampton, MA: Edward Elgar Publishing, pp. 205-223.
- Favell, A. e Recchi, E. (2009), "Pioneers of European integration: an introduction", in Recchi, E. e Favell, A. (orgs.), *Pioneers of European Integration. Citizenship and Mobility in the EU*, Cheltenham/Northampton, MA: Edward Elgar Publishing, pp. 1-25.
- Fligstein, N. (2009), "Who are the Europeans and how does this matter for politics?", in Checkel, J. T. e Katzenstein, P. J. (orgs.), *European Identity*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 132-166.
- Gaspar, S. (2009), "Mixed marriages between European free movers", *CIES e-Working Paper*, n.º 65, Lisboa: CIES-ISCTE (disponível em: http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP65_Gaspar.pdf).
- Kohli, M. (2000), "The Battlegrounds of European identity", *European Societies*, vol. 2, n.º 2, Routledge, pp. 113-137.
- Lazaridis, G. e Wickens, E. (1999), "'Us' and the 'Others'. Ethnic Minorities in Greece", *Annals of Tourism Research*, vol. 26, n.º 3, Pergamon, pp. 632-655.
- Lowenthal, D. (2000), "European Identity: An Emerging Concept", *Australian Journal of Politics and History*, vol. 46, n.º 3, Blackwell, pp. 314-321.
- Muxel, A. (2009), "EU movers and politics: towards a fully-fledged European citizenship?", in Recchi, E. e Favell, A. (orgs.), *Pioneers of European Integration. Citizenship and Mobility in the EU*, Cheltenham/Northampton, MA: Edward Elgar Publishing, pp. 156-178.
- Rea, A. (2006), "La europeización de la política migratoria y la transformación de la otredad", *Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS)*, n.º 116, Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS), pp.157-183.
- Rother, N. e Nebe, T. M. (2009), "More mobile, more European? Free movement and UE identity", in Recchi, E. e Favell, A. (orgs.), *Pioneers of European Integration. Citizenship and Mobility in the EU*, Cheltenham/Northampton, MA: Edward Elgar Publishing, pp.120-155.
- Santacreu, Ó., Baldoni, E. e Albert, M. C. (2009), "Deciding to move: migration projects in an integrating Europe", in Recchi, E. e Favell, A. (orgs.), *Pioneers of European Integration. Citizenship and Mobility in the EU*, Cheltenham/Northampton, MA: Edward Elgar Publishing, pp. 52-71.
- Scott, S. (2006), "The social morphology of skilled migration: the case of the British middle class in Paris", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 32, n.º 7, Routledge, pp. 1105-1129.
- Scott, S. e Cartledge, K. (2009), "Migrant assimilation in Europe: a transnational family affair", *International Migration Review*, vol. 43, n.º 1, Blackwell, pp. 60-89.
- Sennett, R. (2000), *La corrosión del carácter*, Barcelona: Anagrama.